

Pobres querem mudar Constituição

Eles são responsáveis pela maioria das cartas enviadas ao Senado

ALFREDO LOBO
Repórter Especial

São os mais pobres, principalmente, que estão escrevendo para o Senado Federal com sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte: quase metade tem renda individual de até dois salários mínimos. O número aumenta para 61% se considerarmos os cidadãos que ganham até três salários e para 72% se incluímos os que recebem até cinco salários — Cz\$ 4 mil, portanto dentro dos limites da pobreza.

Até agora, 70 mil dos cinco milhões de formulários distribuídos em todo o País já foram remetidos de volta ao Projeto Constituinte, mas apenas 26.747 estão computados pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Mesmo estes, no entanto, não foram ainda indexados pelo assunto abordado — o que torna impossível por enquanto levantar estatisticamente os temas que mais preocupam a população.

Amanhã o Prodasen inicia esse trabalho de indexação, que será realizado por 12 funcionários requisitados ao Centro Gráfico do Senado — onde, movidos a trens alegres, há dezenas deles sem ter o que fazer — e 40 estudantes da Universidade de Brasília, mediante convênio. Os estudantes, por 20 horas semanais de trabalho, vão receber mensalmente dois salários mínimos e são considerados bolsistas-estagiários. Em 60

dias o Prodasen espera tirar o atraso da indexação, passando então a trabalhar nos formulários à medida que chegam ao Senado — um trabalho que vai continuar ao longo do próximo ano, quando a Constituinte já estiver em plena função de organizar a estrutura do Brasil novo.

Vinte e quatro grandes temas e centenas de subtemas já estão listados para a indexação. Os grandes temas: administração de pessoal/serviço público; política agrícola; organização do Estado; política econômica; política educacional; política energética; política financeira; política habitacional; política indigenista; política industrial; política de informática; meio ambiente/ecologia; política/estrutura do Estado; política previdenciária; política sanitária; saúde pública; organização social; telecomunicações; política trabalhista; política de transportes; política de urbanismo — e mais pedidos de informação sobre a Constituinte, manifestações diversas e sugestões não pertinentes.

OS NÚMEROS

Até o momento, porém, os computadores só podem informar números sobre as quase 27 mil cartas já inseridas no banco de dados. Ai se vê que a maioria — 11,71% — vem de Minas Gerais, seguindo-se São Paulo (10,83%), Paraná (7,29%), Rio Grande do Sul (5,14%), Pernambuco (4,03%), Bahia

(4,01%) e Rio de Janeiro (3,43%). Há contudo um grande percentual de cartas — 36% — sem remetente e sem identificação de origem. Durante a indexação, a origem delas será apurada pelo carimbo do Correio.

Na classificação dos formulários por faixa de renda dos remetentes há um dado curioso: 17,38% declararam não ter rendimentos próprios. Mas não chega a ser surpresa, pois 15,31% dos que escreveram ao Senado são rapazes ou moças de 15 a 19 anos de idade e pode haver pessoas sem rendimentos entre as mulheres (apenas 28,45%).

Por faixa etária, a maioria das cartas vem de pessoas entre 30 e 39 anos, com 21,63%, mas há uma distribuição bastante equilibrada pelas demais faixas. Não se pode dizer o mesmo quanto ao sexo, pois quase 70% das respostas são assinadas por homens. Curiosamente, além de homens e mulheres há 2,42% de remetentes classificados como "outros". Mas não é preciso maldar, pois são apenas aqueles que não identificaram o sexo em suas respostas.

Também quanto ao grau de instrução verifica-se que os menos favorecidos mandam com mais frequência suas sugestões para a Constituinte. Pouco mais de 28% já frequentaram alguma faculdade, ai incluídos os 11% que não concluíram o curso superior. Quase 42% das cartas provêm de cidadãos com o segundo grau (completo ou incompleto) e 8,5% de pessoas

que concluíram o primeiro grau. Os apenas alfabetizados, que não concluíram o primeiro grau, representam 14,5%.

Há um grande equilíbrio entre casados e solteiros, que dividem a estatística praticamente meio a meio. Já quanto à zona de moradia dos remetentes, 86% das cartas vêm das cidades e apenas 9% do campo (5% não informaram). Finalmente, é imenso o número de funcionários públicos que escreveram ao Senado: nada menos de 20%, o maior contingente, inteiramente desproporcional à sua quantidade no total da sociedade. O funcionalismo parece realmente preocupado com a Constituinte. Seguem-se, com 12%, os empregados no setor de prestação de serviços, e com 7,42% os comerciários (ou comerciantes). O número de industriários é inexpressivo e o setor da agropecuária responde por mais de 5% das cartas — uma indicação de que as preocupações com a reforma agrária vão estar muito presentes também na Constituinte.

AS REGIÕES

O exame desses números estatísticos por região traz algumas surpresas. Por exemplo, o número de mulheres que remeteram sugestões à Constituinte cresce no Norte e no Nordeste, sendo superior à média nacional. Elas são 33% no Nordeste e 32% no Norte. O menor número de mulheres é encontrado no Centro-Oeste, com apenas

26,2%. O mesmo fenômeno ocorre quanto à zona de moradia: no Norte (13,4%) e no Nordeste (11,2%) o número de cartas vindas da zona rural é substancialmente maior que a média nacional.

Há um certo equilíbrio em todas as regiões quanto ao estado civil e às faixas etárias dos remetentes, e não chegam a ser gritantes as diferenças em relação ao grau de instrução. Quanto à profissão, os funcionários públicos são maioria em todas as regiões, ficando o recorde com o Centro-Oeste — 30,3%, número provavelmente inflado pela população de Brasília.

De volta aos pobres — que são os que mais escrevem com sugestões à Constituinte —, não há surpresa em constatar que o número deles está abaixo da média nacional no Sudeste e no Sul, mas o percentual mais baixo está no Centro-Oeste, onde 44% das cartas são de pessoas com rendimentos até dois salários mínimos e 69% dos remetentes ganham até cinco salários. Isso não quer dizer que haja menos pobres no Centro-Oeste, e sim que os ricos da região têm feito mais sugestões que os das outras regiões. Por outro lado, também é normal que no Nordeste se registrem os números mais elevados de cartas enviadas pelos pobres: nada menos de 63% na faixa até dois salários mínimos e quase 82% até cinco salários. Os pobres de lá, além de muitos, começam a gritar, cheios de esperança na Constituinte.

Brasília, alta renda e pouco interesse

A população do Distrito Federal responde por 1,14% das cartas já enviadas ao Senado com sugestões para a Constituinte. E a análise estatística dessas cartas revela uma acentuada diferenciação para o resto do País. Para começar, ninguém declarou falta de rendimentos pessoais ou rendimentos abaixo de um salário mínimo; apenas 18,29% estão na faixa até dois salários e 37,4% ganham até cinco salários. E nada menos de 23% dos remetentes têm renda individual acima de 10 salários.

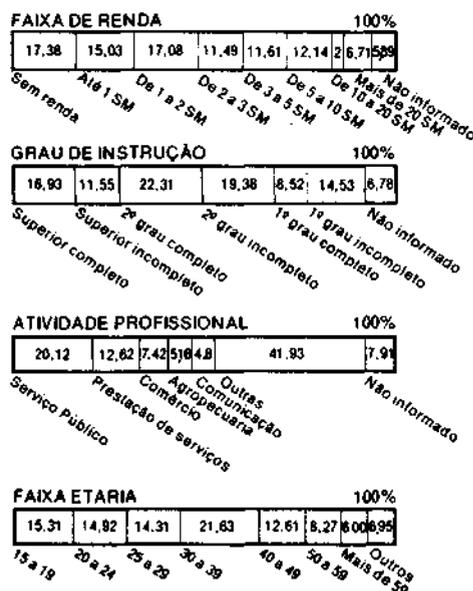
Ao contrário de outras grandes cidades, os jovens de Brasília não têm maior interesse pela Constituinte, pois só escreveram os que já possuem título de eleitor. A maior parte de suas sugestões deve ser no mínimo muito bem formulada, já que mais de 55% das cartas provêm de cidadãos com instrução superior (15% são de estudantes ou pessoas que não completaram a faculdade, e quase 7% de gente

com pós-graduação). Não há cartas de pessoas com menos do que o segundo grau incompleto, o que indica ou um sistema de ensino exemplar ou uma completa falta de interesse pela Constituinte nos bolsões de pobreza das cidades-satélites.

Brasília difere até no estado civil dos remetentes. Em quase todos os lugares há equilíbrio, mas aqui os casados são quase 55% e os solteiros apenas 36%. Na classificação por sexo, surpreende a baixa frequência de cartas femininas, menos de 20% — quando é bastante grande o número de mulheres no serviço público e se verifica que nada menos de 56% da correspondência enviada ao Projeto Constituinte do Senado provêm de funcionários. Registre-se também que, na classificação por atividade profissional, o segundo lugar está com o pessoal que trabalha com comunicação social, com bastante folga sobre o setor prestação de serviços.

O PERFIL DOS REMETENTES

BRASIL



DISTRITO FEDERAL

